

Diário do Legislativo de 28/03/2009

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho – PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana – DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique – PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado – PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro – PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio – PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues – PDT

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.2 - 14ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.3 - 15ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.4 - Reunião de Comissões

2 - ORDEM DO DIA

2.1 - Mesa da Assembléia

3 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

4 - MANIFESTAÇÕES

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

6 - ERRATA

ATAS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA EM 26/3/2009

Presidência do Deputado Célio Moreira

Sumário: Comparecimento - Falta de quórum.

Comparecimento

- Comparecem a Deputada e os Deputados:

José Henrique - Weliton Prado - Sargento Rodrigues - Ana Maria Resende - Antônio Carlos Arantes - Antônio Júlio - Braulio Braz - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Délio Malheiros - Dimas Fabiano - Elmiro Nascimento - Gil Pereira - Inácio Franco - Ivair Nogueira - João Leite - Juarez Távora - Leonardo Moreira - Padre João - Rêmolo Aloise - Rômulo Veneroso - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Wander Borges - Zé Maia.

Falta de Quórum

O Sr. Presidente (Deputado Célio Moreira) - Às 14h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião, por falta de quórum, e convoca as Deputadas e os Deputados para a especial de logo mais, às 20 horas, nos termos do edital de convocação.

ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 24/3/2009

Presidência do Deputado Doutor Viana

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Requerimento do Deputado Juarez Távora; aprovação - Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 18.953; questão de ordem; leitura da

Mensagem nº 327/2009; votação secreta do veto; rejeição - Registro de presença - Questões de ordem; discurso do Deputado Weliton Prado; questões de ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Weliton Prado - Dinis Pinheiro - Hely Tarquínio - Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Ademir Lucas - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Braulio Braz - Carlin Moura - Carlos Gomes - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Durval Ângelo - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Inácio Franco - Jayro Lessa - João Leite - Juarez Távora - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Rômulo Veneroso - Ronaldo Magalhães - Rosângela Reis - Ruy Muniz - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Vanderlei Jangrossi - Vanderlei Miranda - Wander Borges - Zé Maia - Zezé Perrella.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 20h12min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Hely Tarquínio, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Juarez Távora solicitando a inversão da pauta desta reunião, de modo que o Veto Total à Proposição de Lei nº 18.953 seja apreciado em primeiro lugar. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 18.953, que declara patrimônio cultural do Estado o processo artesanal de fabricação do doce denominado pé-de-moleque produzido no Município de Piranguinho. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo secreto, de conformidade com o art. 261, inciso X, c/c os arts. 222 e 255, do Regimento Interno. As Deputadas e os Deputados que desejarem manter o veto registrarão "sim", e os que desejarem rejeitá-lo registrarão "não". A fim de proceder à votação pelo processo eletrônico, a Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel que o façam neste momento. A Presidência dará início ao processo e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem seus lugares.

Questão de Ordem

O Deputado Gilberto Abramo - Sr. Presidente, gostaria que fosse feita a leitura do veto, para que possamos votar.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Sr. Secretário, para proceder à leitura da Mensagem que encaminhou o veto à Proposição de Lei nº 18.953.

O Sr. Secretário (Deputado Hely Tarquínio) - (- Lê a Mensagem nº 327/2009, publicada na edição de 5/2/2009.)

O Sr. Presidente - Em votação, o veto.

- Registram seus votos os Deputados e as Deputadas:

Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Ademir Lucas - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Carlin Moura - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Délio Malheiros - Dimas Fabiano - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Durval Ângelo - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gláucia Brandão - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Jayro Lessa - João Leite - Juarez Távora - Lafayette de Andrada - Luiz Humberto Carneiro - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Rômulo Veneroso - Ronaldo Magalhães - Rosângela Reis - Ruy Muniz - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Vanderlei Jangrossi - Wander Borges - Weliton Prado.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 4 Deputados. Votaram "não" 47 Deputados. Está, portanto, rejeitado, em turno único, o Veto Total à Proposição de Lei nº 18.953. À promulgação.

Registro de Presença

O Sr. Presidente - A Presidência anuncia e registra, com muita alegria, a presença, nas nossas galerias, de alunos da Escola Estadual Isabel da

Questões de Ordem

O Deputado Padre João - Sr. Presidente, pelo menos para mim, trata-se de uma matéria relevante, pois, até que enfim, hoje foi autorizada a execução de uma obra que liga a BR-040 a Ouro Branco. Esse entendimento foi construído numa audiência pública desta Casa, em que a Gerdau Açominas, apresentando o projeto de expansão, teve a compensação em duplicar o trecho que liga a MG-40 a Ouro Branco, ou seja, a MG-443 e a MG-030, além de um trecho dentro de Ouro Branco, em torno do Bairro 1º de Maio. A autorização para a execução dessa obra foi aprovada hoje, com o custo previsto de R\$12.600.000,00, e 50% da obra serão custeados pela Gerdau Açominas. Essa parceria do Estado com a Gerdau vem-se arrastando desde 2005. Esse trecho está em estado de calamidade, cheio de buracos e depressões. Terminando as chuvas, espero que seja executada a obra o mais rápido possível. A Gerdau continua com seu plano de expansão. É uma área importante, porque quem vem do Rio de Janeiro, indo para Ouro Preto e Mariana, tem de passar por um atalho que corta por Ouro Branco, em vez de passar por Itabirito. Além disso, carretas com cargas pesadas trafegam naquele trecho. Esperamos que se faça a duplicação da MG-030 e da MG-443 o mais rápido possível, ou seja, do trecho que vai da MG-040 ao trevo de Miguel Burnier, ligando a Ouro Preto, o trecho de Miguel Burnier a Ouro Branco e o trecho que contorna o Bairro 1º de Maio. Esperamos que sejam ligeiros na execução dessa obra.

O Deputado Weliton Prado - Sr. Presidente, parabeno o Deputado Durval Ângelo por seu empenho pela aprovação desse projeto e pela derrubada do veto nesta Casa. Sabemos que, até hoje, pouquíssimos Deputados têm conseguido êxito em derrubada de vetos. O projeto em questão é muito importante. Tem que ver com a economia de Piranguinho e diz respeito ao pé-de-moleque. O Deputado Durval Ângelo realmente tratou o projeto com muito carinho e articulou bem para conseguir a derrubada do veto. Parabeno-o novamente e também aos Deputados por seus votos favoráveis. E, para não perder o costume, aproveitarei para fazer outros comentários. Nosso mandato é igual à Campanha da Fraternidade. Cada ano, definimos um tema. Pé-de-moleque precisa de energia e de água. Quero dar uma pincelada nesses dois pontos. Ainda não foi julgado o mérito da nossa representação no Ministério Público. Conseguimos impedir o aumento de 8,65% da tarifa da Copasa, que passaria a vigorar a partir de março. É preciso haver uma agência reguladora do setor, e isso não existe ainda. O outro ponto diz respeito à energia elétrica. A Cemig teve mais de R\$1.800.000.000,00 de lucro em 2008. Isso é algo fabuloso, e a companhia quer aumentar em 150% o valor dos juros cobrados por atraso na conta de luz. A Aneel baixou uma resolução que colocou em consulta pública, e todo cidadão pode opinar se é a favor ou contra. A Cemig quer 150% de aumento para os juros por atraso. Está em consulta na Aneel a proposta de passar de 2% para 5% o valor dos juros. Hoje, aliás, demos uma entrevista coletiva à imprensa, em que estavam presentes o Deputado Délio Malheiros e o Willian, do Sindieletrô. É importante que a população de Minas Gerais envie "e-mails" à Aneel discordando do aumento que a Cemig deseja realizar nas contas de luz pagas com atraso. É incabível. A Cemig já lucra muito. Se se atrasa o pagamento, ela corta a luz e cobra 2% de um dia de atraso. Digam-me se a poupança rende 2%. A Cemig já lucra com o atraso porque, caso a ligação seja de urgência, a companhia cobra mais de R\$21,00, além de multa e juros. Agora quer passar para 5%. Se o cidadão já tem dificuldade de pagar a conta em dia, com multa e juros de 2%, como a pagará com juros de 5%? É uma grande contradição. Se essa resolução for aprovada pela Aneel, entraremos na Justiça porque esse ato fere o código de defesa do consumidor, é totalmente injusto, ainda mais num momento de crise, quando temos de pensar em desonerar o cidadão. A conta de luz, em Minas Gerais, já tem o ICMS mais caro do Brasil. A cobrança de ICMS para as residências, em Minas, é 30%; com a cobrança por dentro, chega a 42%. Isso só de ICMS. A Cemig teve um lucro fabuloso no ano de 2008, e ainda quer aumentar os juros da multa. Isso não se justifica. Não aceitaremos esse aumento e não o permitiremos. Continuaremos com a campanha em relação à Copasa, porque a água é um bem público essencial à vida e não pode ser tratada como mercadoria. A Copasa, só nos últimos anos, distribuiu, só de dividendos, mais de R\$500.000.000,00 aos acionistas, a maioria deles com capital internacional. E a qualidade da água é questionada em muitas cidades. Estive, agora, em Lagoa Santa, e a população estava revoltadíssima com a qualidade da água, o que ocorre em várias outras cidades. Queremos fazer uma parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais para fazer a análise da água da Copasa. A companhia faz propaganda em relação à qualidade de sua água, mas ela apresenta sérios problemas. Outro problema sério é que ela cobra pelo tratamento de esgoto, mas não há esse tratamento. E cobra caro, valores altíssimos. A própria Copasa joga o esgoto nos rios, nos lagos, correndo a céu aberto em muitas cidades, causando mau cheiro, causando doenças na população. A Lagoa da Pampulha, até pouco tempo atrás, fornecia água potável, que era consumida pela população de Belo Horizonte. Hoje a água da Lagoa da Pampulha está totalmente imprópria para consumo. Esperamos, no julgamento do mérito, impedir o aumento no valor da água da Copasa.

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, Srs. Deputados, farei um pronunciamento, aproveitando as palavras do Deputado Padre João. Tenho visto na imprensa várias críticas a algumas estradas esburacadas em Minas Gerais. Criticam o governo Lula por não fazer investimentos em Minas Gerais, o que não é verdade. E Minas Gerais está recebendo uma grande obra, que é a duplicação da Rodovia 262, entre a 381, em Betim, até Nova Serra. São 92km. As obras se iniciaram há, mais ou menos, 20 dias, e quem passar por lá hoje se assustará, ao ver tantas máquinas trabalhando. São três empreiteiras, três consórcios, pois cada uma ficou responsável por um trecho de 32km. E isso não é noticiado. Quando as coisas boas acontecem, isso não interessa à imprensa. Faço um registro de agradecimento ao Presidente Lula, que está cumprindo seu compromisso com Minas Gerais, com essa grande obra, incluída no PAC. Outra boa notícia é que começaram a fazer um estudo da duplicação até Uberaba. O Brasil só crescerá quando houver investimentos em infra-estrutura. Sabemos que a BR-262 - Dr. Hely Tarquínio sabe porque transita por lá - é considerada a estrada da morte, como é a BR-040, ou a antiga BR-262 até João Monlevade. Gostaria de noticiar isso para a imprensa. Não é um sonho que vai começar, que vai ser licitado; as obras já foram iniciadas, mas não vemos, na imprensa mineira, sequer uma linha de agradecimento, elogio ou até mesmo de crítica, xingamento. Na verdade, não querem ver, e dizem que o pior cego é aquele que não quer enxergar. Quis fazer esse relato aqui porque ouvi a imprensa, principalmente a esportiva, criticar uma obra que liga Poços de Caldas a Andradas. Só criticam a de lá, que está com problemas, mas não vêem o que está sendo feito. Às vezes, vários Deputados também não sabem que se trata de uma grande obra de Minas Gerais. A duplicação da BR-262 é uma das maiores obras do Estado. Há um projeto para estendê-la até Uberaba, mas a obra já foi iniciada. Em novembro, foram dadas as ordens de serviço; esperaram passar o período chuvoso para as obras serem iniciadas, e agora estão indo de vento em popa. São três grandes consórcios, cada um com 30km. Há uma proposta do governo de entregar essas obras no final do próximo ano. Entendo que esse prazo é curto, mas o sonho está sendo realizado. Este é o nosso pronunciamento, para aproveitar a deixa do Deputado Padre João.

O Deputado Durval Ângelo - Sr. Presidente, colegas Deputados, quero iniciar agradecendo o apoio que obtivemos para o nosso Projeto de Lei nº 2.719/2008, o apoio que recebemos nesta Casa em atenção à comunidade de Piranguinho e região. Essa matéria declara como patrimônio cultural do Estado o processo artesanal da fabricação do pé-de-moleque de Piranguinho. Há registros dessa produção artesanal que datam de mais de 50 anos. Em virtude do trabalho artesanal, a cidade é conhecida em todo o Brasil e muito mais em Minas Gerais. Sempre no final de semana anterior ao feriado de Corpus Christi, vários pequenos produtores reúnem-se numa grande festa. Piranguinho consta no livro dos recordes pela feitura do maior pé-de-moleque do mundo. No último ano, o doce foi posto em várias mesas e mediu 13m por 1,5m. Neste ano, vão bater o próprio recorde, com um pé-de-moleque de 14m. Tudo isso tem um significado muito grande para a região. Discordamos do veto do Governador - para o qual a competência para fazer o registro em livros próprios desse reconhecimento cultural deveria ser do Conselho Estadual do Patrimônio Cultural -, pois entendemos que o Poder Legislativo, escutando as bases, o povo, tem legitimidade maior que a do Conselho. O segundo argumento do Governador é que seria aberto um precedente nesta Casa ao declarar, por meio de lei, algo como patrimônio cultural de Minas Gerais. O Governador foi mal orientado, equivocou-se, uma vez que esta Casa já garantiu, em projeto de lei, como patrimônio cultural, bem material de Minas Gerais, a produção artesanal da cachaça de alambique. Sabemos que existem outros projetos dessa natureza. Penso que prevaleceu o bom senso. A comunidade de Piranguinho fará neste ano uma festa ainda mais bonita que as anteriores. Agradeço à Comissão presidida pela Deputada Maria Lúcia Mendonça, ao relator Deputado Dalmo Ribeiro Silva e aos 47 parlamentares que, em Plenário, votaram pela derrubada do veto. A cultura é fundamental para um povo. O povo que perde sua cultura perde também sua identidade. Entendemos que essa atividade da Assembleia é de valorização e reconhecimento da cultura, que se manifesta de várias formas: pelo modo de ser, pelas artes, pelas manifestações religiosas, por meio de bens e materiais e por intermédio de seu patrimônio e de sua culinária, como foi o caso específico apresentado. Levaremos à comunidade de Piranguinho uma impressão muito positiva deste Legislativo. Registro a presença nesta Casa de nossos estudantes, o que é muito importante. A Casa do povo, a Casa da Democracia tem de ser aberta a este nosso grande projeto. Refiro-me a um projeto de cidadania, com visita de escolas a esta Casa. Nada melhor que estudantes, que estão se formando, que de alguma forma estão buscando este bem material maior de todos, que é o saber, conhecerem um pouco do funcionamento desta Casa. Parabeno a escola, os professores que estão na coordenação desse projeto, assim como os servidores desta Casa. Registro ainda que, como faço todos os anos com meus estudantes do Instituto São Tomás de Aquino, de Filosofia e Teologia das Congregações Religiosas, no qual

leciono Políticas Educacionais, na terceira semana de junho, trarei meus alunos do curso de Filosofia para conhecerem o funcionamento da Casa. Muito obrigado e parabéns à escola.

O Deputado Carlin Moura - Sr. Presidente, primeiramente reforço as palavras dos ilustres Deputados Antônio Júlio e Padre João, que, de forma muito acertada, falam das importantes obras em curso nas estradas de Minas Gerais, por iniciativa do governo federal. O Deputado Antônio Júlio cita a BR-262, mas é importante lembrar também que no trecho da BR-040, de Sete Lagoas à entrada de Curvelo, as obras de duplicação estão em pleno andamento. Cada dia que passamos por aquela região percebemos o andamento das obras. Minas possui uma grande malha rodoviária. Principalmente por isso precisa, sem dúvida nenhuma, de mais investimentos. Também é fundamental, como disse hoje pela manhã, lembrar a importância da formação do condutor e da consciência no trânsito. Nos últimos anos, tem aumentado muito o número de veículos produzidos pelas importantes indústrias automobilísticas do País. Em Belo Horizonte, Sr. Presidente, registram-se mais veículos automotores que crianças. Cada dia que passa, há mais carros nas ruas, mais veículos circulando por nossas rodovias, o que exige do condutor uma atitude mais consciente e mais responsável, assim como do setor de fiscalização maior rigor para que se evitem graves acidentes, como os que têm ocorrido em nossas estradas, mesmo que elas estejam renovadas ou duplicadas. A consciência do condutor é fundamental. Quero também parabenizar o Deputado Durval Ângelo e esta Casa pela derrubada do veto, ao reconhecer o patrimônio cultural do pé-de-moleque de Piranguinho. Esta Casa, ao derrubar esse veto, reconheceu a importância das manifestações populares do povo de Minas Gerais. Quero referir-me não apenas ao veto do pé-de-moleque, mas também a outros vetos que estão na pauta relativos ao Caminho da Luz e ao Caminho da Fé, que também são importantes manifestações do povo de Minas Gerais. No passado, também reconhecemos como patrimônio cultural a cachaça mineira. O Parlamento e os poderes constituídos devem ter sensibilidade para estar em sintonia com o povo.

Falando em sintonia com o povo e de poder constituído, Sr. Presidente, aproveito o momento para fazer um veemente protesto contra uma autoridade constituída do Brasil, o chefe do Poder Judiciário deste país, o senhor Ministro Gilmar Mendes, que, mais uma vez, presta um desserviço à democracia e à paz social do Brasil. Esse Ministro, mais uma vez extrapolando sua função constitucional, vai aos meios de comunicação tecer críticas a uma grande entidade popular do País, que é o MST, tentando induzir a população a pensar que o movimento é responsável por mortes no campo. Esquece esse Ministro que quem é responsável por mortes no nosso campo é o latifúndio, que quem é responsável por morte de trabalhadores no Brasil é a concentração de terra neste país, que parece mais uma capitania hereditária. E o Poder Judiciário, presidido pelo Ministro Gilmar Mendes, em vez de criticar as entidades do movimento popular, deveria, por exemplo, agilizar o julgamento da chacina de Unai, onde o latifúndio foi responsável pelo assassinato de trabalhadores do governo federal, fiscais do trabalho. E os responsáveis estão impunes até hoje. Poderia acelerar também o julgamento do Sr. Daniel Dantas, que, por meio da usura e do poder financeiro, tem provocado muita morte no País, porque joga o Brasil na miséria e diminui o poder de compra do trabalhador. Com isso, sim, é que o Ministro Gilmar Mendes deveria preocupar-se, em vez de ficar imiscuindo-se no poder popular, emitindo opinião sobre as entidades populares do País, que têm contribuído muito para o avanço da democracia e para a diminuição das injustiças sociais e da concentração de renda. Uma autoridade constituída como Presidente do Supremo Tribunal Federal, em vez de falar tanta besteira na televisão, deveria cuidar da sua função constitucional e ajudar o País a avançar numa área que ainda é crucial, a concentração de renda, em que vigora o poder do latifúndio sobre os trabalhadores rurais. Fica aqui registrado o nosso repúdio às palavras do Ministro Gilmar Mendes, Presidente do Supremo Tribunal Federal.

O Deputado João Leite - Obrigado, Sr. Presidente. Queria também saudar os alunos da escola estadual que acompanham com atenção esta reunião extraordinária da Assembleia Legislativa. Quero ainda, Sr. Presidente, falar de estradas. O Deputado Wander Borges pintou nesta tarde um retrato terrível da BR-381. Parece que não existem problemas nas estradas em Minas Gerais, mas existem sim. Se sairmos de Belo Horizonte em direção a Monlevade, de cara teremos o trevo para Sabará, de onde ninguém consegue ir para lugar algum. Está totalmente abandonado, ocupado por várias famílias, sem nenhuma preocupação do DNIT. A Polícia Rodoviária Federal também permitiu a ocupação do trevo. Enfim, esse é um risco permanente para as pessoas. Seguindo a viagem, vamos até o km 30, onde outro dia um caminhão não fez a curva. O local é uma rampa, e, numa curva, num acidente com uma "van" conduzindo estudantes de Caeté, tivemos seis mortes. Avançando, temos uma ponte em curva em Nova União. O governo federal alargou a ponte e a abandonou. Temos, então, uma ponte em curva, com o acréscimo da obra, ferragens expostas, num risco permanente. Mais adiante, outra ponte em curva, e depois o trevo de Bom Jesus do Amparo. Antes dele, um trecho onde recentemente um caminhão não conseguiu fazer a curva, bateu e pegou fogo, resultando em várias mortes. Passando São Gonçalo do Rio Abaixo e chegando até João Monlevade, temos 62 perigosas curvas. E é uma estrada simples. Os caminhões, ônibus e carros passam a centímetros uns dos outros. E vamos falar de perícia de motoristas ao dirigir? Aí não, a culpa é do governo federal. Estamos assistindo à morte dos cidadãos de Minas Gerais e do Brasil, que não conhecem o risco da estrada por que estão passando. Juntamente com o Deputado Fábio Avelar, fomos à BR-040, daqui até Conselheiro Lafayete. Está esquecido o Viaduto das Almas, mas a obra está pronta lá. O que está acontecendo? Por que não pode ser inaugurada? Houve um erro na fundação daquele viaduto, e agora a entrega da obra foi novamente adiada. Além disso, não temos balanças na estrada. Como o Deputado Wander Borges lembrou muito bem, quando essa estrada foi construída, na década de 50, os caminhões carregavam 7t; hoje carregam 40t. O governo federal não tem balanças nas estradas, e as barreiras eletrônicas também estão desligadas. Os caminhões, que sobem a 90km/h ou 100km/h, levam um excesso de carga, colocando em risco permanente a população do Estado. Mas neste Plenário fica a parecer que o governo federal resolveu os problemas das estradas, que são, sim, federais e de sua responsabilidade, quando ele abandonou à sua própria sorte Minas Gerais e sua população, que está morrendo ou ficando com seqüelas em nossas estradas. Para terminar minha participação, Sr. Presidente, quero falar da Pampulha, pois às vezes a realidade não é conhecida. Ouvimos aqui algumas acusações à Copasa sobre a situação da Pampulha. Ora, a Prefeitura de Belo Horizonte - não a atual, mas a que saiu, com o Sr. Fernando Pimentel e o governo que aqui ficou por 16 anos - colocou R\$300.000.000,00 na Pampulha. O contrato era para uma dragagem direta à distância, com empresa determinada - uma empresa que deveria ter o "know-how" de colocar um tubo na Pampulha - para retirar os sedimentos que seriam jogados ao lado do Aeroporto da Pampulha. Mas o que vimos durante esses anos foram caminhõezinhos entrando na Lagoa da Pampulha, retirando os sedimentos. Hoje, 50% do espelho d'água da Lagoa da Pampulha está comprometido, e ali foram colocados R\$300.000.000,00 do povo de Belo Horizonte. Concluo, Sr. Presidente, dizendo que esse é um contrato considerado irregular, no qual já estamos no 35º termo aditivo. Tenho dados de alguns anos atrás: eram 180 caminhões de detritos que entravam por dia na Lagoa da Pampulha. O Deputado Doutor Viana, nosso 1º Vice-Presidente, domina essa matéria, que acompanhou de perto, e sabe melhor do que eu do que estou falando: podemos ouvir vários comentários sobre a Copasa, mas não há sentido em acusar a Copasa com relação à Lagoa da Pampulha, quando temos R\$300.000.000,00 do bolso do contribuinte de Belo Horizonte jogados fora. Essa é a verdade que tem de ser dita aqui. Obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Fábio Avelar - Sr. Presidente, Srs. Deputados, alunos da Escola Estadual Isabel da Silva Polck que nos brindam com suas presenças, quero falar rapidamente sobre dois temas. Em primeiro lugar, quero fazer coro com o Deputado João Leite quando faz mais uma vez, da tribuna desta Casa, denúncias sobre a situação das nossas estradas. Criamos uma Frente Parlamentar nesta Assembleia, composta por quase todos os Deputados, exatamente para acompanhar a situação da BR-040, tendo em vista a precariedade em que se encontra. Essa Frente já está instalada, e na verdade precisamos fazer um esforço concentrado, principalmente neste momento, em que, como dito pelo Deputado João Leite, deparamo-nos com este problema que ainda não foi esclarecido: o novo Viaduto das Almas, que deveria ser instalado há um ano; depois, neste ano; e, agora, como já fomos informados pela imprensa, será inaugurado em 2010. E não temos, Deputados Wander Borges e Dalmo Ribeiro Silva, uma explicação clara do que está acontecendo ali: um problema de engenharia grave e, ao mesmo tempo, elementar, que se refere ao início de uma obra, pois se relaciona à sua fundação. Então, Deputado João Leite, esse é um assunto que devemos trazer a esta Casa. Também precisamos reativar a nossa Frente Parlamentar, sob pena de estarmos colaborando com essa incrível incompetência do governo federal com relação às nossas estradas.

Também queria falar rapidamente sobre um assunto abordado aqui pelo Deputado Weliton Prado, que infelizmente não se encontra, para que possamos prosseguir o debate - ou melhor, ele está ali e queria, então, falar com ele. Na verdade, como já virou rotina nesta Casa - e neste ponto peço ajuda ao Deputado João Leite -, o Deputado Weliton Prado todo ano eleger um assunto, e fala a respeito dele toda manhã, toda tarde, todo dia, toda semana, todo mês, até que todos tenham notícia de sua exposição. Ele parece um Deputado brilhante, mas, em alguns casos, sua memória é fraca ou não está bem informado. Ele acusa a Copasa em relação ao caso da Pampulha. Informo ao Deputado que aquele abastecimento está desativado há 20 anos. Ele tem uma inteligência muito grande, porque consegue identificar aquelas obras grandiosas em andamento para pegar uma carona. Darei um exemplo. Ele disse, há pouco, que a água de Lagoa Santa, minha cidade natal, é imprópria e não atende aos padrões de qualidade. Em primeiro lugar, Deputado João Leite, a água de Lagoa Santa é dura. Não é dura como pedra. É uma água

calcária, que causa mal-estar no banho porque não dá nenhum tipo de espuma. É difícil, mas a água atende aos critérios da Organização Mundial da Saúde. Há pessoas que defendem a idéia de que uma água dura ajuda a evitar doenças coronárias. O Deputado Weliton Prado está totalmente mal-informado sobre a qualidade da água. Ele inteligentemente fala sobre a qualidade da água porque deve saber que a Copasa está prestes a inaugurar uma obra de quase R\$70.000.000,00. Trata-se de uma adutora que está em construção para resolver todos os problemas da região: Vespasiano, Lagoa Santa, São José da Lapa e Confins. Ele ficou sabendo dessa obra. Não se iludam. Ele chegará aqui um dia e dirá: "Resolvi o problema da água de Lagoa Santa; resolvi o problema da água de Vespasiano; resolvi o problema da água de São José da Lapa; resolvi o problema da água de Confins". Desafio o Deputado Weliton Prado a apresentar dados que nos provem o que ele afirma sobre as tarifas da Copasa, sobre os tratamentos que ela não faz e cobra e sobre os aumentos abusivos. Desafio o Deputado a apresentar os documentos. Todo dia ele fala sobre a suspensão da cobrança por parte da Justiça. Isso pode ser uma medida que causará um problema maior do que se imagina. Por quê? Qualquer empresa que seja concessionária - a Copasa, a Prefeitura, a iniciativa privada - necessita fazer reajustes e tem direito legal a isso. Como a agência estadual que regula essa matéria não foi instalada, a Justiça suspendeu a cobrança atendendo a algumas reivindicações e sugestões. Isso não quer dizer que não será cobrado. O mérito não foi julgado. Houve a mesma situação em Três Corações. A cobrança foi suspensa. Agora, ao julgar o mérito, a Justiça determinou que seja feita. É bom esclarecer essa situação. Traremos sempre esse assunto, porque nossa paciência tem limite. Não podemos escutar uma pessoa falar mentira o tempo todo. Tomei uma decisão e agirei da mesma forma: sempre que o senhor fizer um pronunciamento sobre essa questão, utilizarei do meu direito para fazer o contraponto. Devemos conhecer mais a Copasa e trazer informações corretas para a análise dos que nos ouvem e vêem.

O Deputado Weliton Prado - Sr. Presidente, solicito a palavra pelo art. 164 do Regimento Interno.

O Sr. Presidente - Com a palavra, pelo art. 164 do Regimento Interno, o Deputado Weliton Prado.

O Deputado Weliton Prado - Agradeço ao Sr. Presidente, Deputado Doutor Viana. Deputado Fábio Avelar, se incomodamos, o senhor pode ter certeza de que vou incomodar muito mais. Não tenho medo de cara feia. Fui um dos Deputados mais votados do Estado de Minas Gerais e sei muito bem de que lado estou: o lado do povo, e pode ter certeza de que vou continuar defendendo-o. Não tenho medo de pressão. Sei que a Copasa, da mesma maneira que a Cemig, é uma empresa poderosíssima. Não tenho medo de perseguição. Já entramos com três representações no Ministério Público. Hoje, entramos com mais uma representação em relação à cidade de Carbonita, onde se cobra pelo tratamento de esgoto, como acontece em várias cidades do Estado de Minas Gerais onde a Copasa atua. São mais de 600 cidades, e apenas 30% têm tratamento de esgoto. A Copasa cobra sem dó. E cobra muito caro. Entramos na Justiça em Carbonita. Há também ações na Justiça em Montes Claros e em várias outras cidades do Estado, e não vamos parar por aí. A Lei Federal nº 11.445, de 2007, estabelece que, para haver reajuste, tem de haver uma agência para regular o setor. Ora, não se pode colocar a raposa para tomar conta do galinheiro, que é o que está acontecendo hoje. A Copasa e o governo são praticamente os que decidem o percentual de reajuste. É preciso analisar a planilha de custos e ver se há necessidade de reajuste. Por isso, a Justiça decidiu acertadamente proibir o reajuste de 8,65% no valor da água fornecida pela Copasa, que seria o maior nos últimos anos. Está aqui a matéria publicada no jornal "Super": "Justiça proíbe Copasa de reajuste das tarifas. Empresa queria reajustar as contas em 8,65%. Deputado Weliton Prado é o autor das representações junto ao Ministério Público". Continuarei entrando com quantas representações forem necessárias. Continuaremos travando esse debate. As palavras que disse em relação à Lagoa da Pampulha são do Secretário de Estado de Meio Ambiente, José Carlos Carvalho, e foram proferidas, na tribuna desta Casa, durante a comemoração do Dia das Águas. O Secretário falou que há algum tempo a água da Lagoa da Pampulha era utilizada para abastecer Belo Horizonte. Hoje não é mais, porque está totalmente imprópria para consumo. Em várias cidades, a Copasa começa a fazer o trabalho, deixa tudo esburacado. Quebra o asfalto, como fez em Carbonita, e não o arruma deixando essa tarefa por conta do poder público municipal. Além disso, em várias cidades, a qualidade da água é questionável. Queremos fazer uma parceria com a UFMG para emitir laudo de qualidade da água. Paralisaram os serviços em Contagem. Se não continuar o tratamento naquele Município, não há como despoluir a Lagoa da Pampulha, a Várzea da Palma em Betim e em Contagem, que é a caixa d'água da região metropolitana. A contaminação e o esgoto jogado na água também são um problema muito sério. O tratamento foi totalmente interrompido. Deputado Fábio Avelar, pode ter certeza de que travaremos esse debate. Sei que V. Exa. é funcionário de carreira da Copasa, que defende a instituição e vai continuar defendendo. Cumpre seu papel. Democracia é isso. É bom, mas dá trabalho. Aprendi que o parlamento, em todos os níveis, é como feijão: funciona é na pressão. Conforme afirmei, sei muito bem de que lado estou. Não tenho medo. Quando realizamos a campanha relativa à Cemig, conseguimos provar a existência de várias irregularidades na planilha de custo. A Cemig alegava que, de cada três postes, trocava um por ano. Quer dizer que em três anos trocava todos os postes do Estado inteiro? Acreditam nisso? Na planilha de custo, alegava que tinha 500 escritórios. Fizemos o levantamento e constatamos a existência de apenas 180. Levantamos os gastos oficiais publicados no "Minas Gerais" todos os dias, mas não conferiam. A mobilização popular permitiu que a conta de luz fosse reduzida em 17%, com o apoio de vários parlamentares desta Casa. Nossa luta continua com muita firmeza, com muita garra. É muito importante o apoio da população, sabemos que enfrentaremos uma pedreira pela frente. Sabem quanto a Copasa está deixando de receber apenas neste mês? Vinte milhões de reais. Mas esse valor não vai fazer falta, porque os lucros que a Copasa tem obtido nos últimos anos são astronômicos. Além do mais, a maior parte desses lucros não é destinada à melhoria do sistema, mas ao bolso de acionistas que nem no Brasil moram, já que grande parte do capital da Copasa é internacional. Realmente temos de fazer esse debate. Sei que vamos ser perseguidos, mas não há problema, pois tenho a consciência tranqüila. Continuaremos com nossa luta, vamos para a rua, para as escolas, para a Praça 7, rodaremos todo o Estado e continuaremos defendendo o povo. Esse é nosso papel. V. Exa. pode continuar defendendo a Copasa, pois esse é o seu papel.

Questões de Ordem

O Deputado Wander Borges - Sr. Presidente, quero voltar ao assunto mencionado na parte da tarde, no ponto relativo, sobretudo, à BR-381. Refiro-me à menção feita pelo Deputado João Leite à situação do entroncamento localizado em Belo Horizonte, no percurso de ida para Sabará, no acesso ao Bairro Paulo VI, que foi literalmente cortado pelo DNIT. Na verdade, o DNIT tem feito muretas ao longo da estrada, mas se esquece de reservar um local para fazer uma passagem subterrânea ou viaduto de acesso aos bairros cortados pela BR, causando inúmeros transtornos. O Deputado João Leite fala também do trecho da rodovia entre Belo Horizonte e João Monlevade. Hoje tive a oportunidade de mencionar aqui que são apenas 100km de percurso. A Polícia Rodoviária Federal já destacou que o maior índice de acidentes na rodovia é verificado entre Belo Horizonte, Sabará e Caeté. Então, volto a insistir na necessidade de se melhorar a sinalização, de haver um controle eletrônico de velocidade e de haver uma maior fiscalização, porque toda semana morrem pessoas naquela BR. Só em 2007, foram 54 mortes na BR-381. Quando passamos pela região do Bairro Bom Destino, é outro martírio. Quando tomamos a rodovia no sentido Caeté, Taquaraçu, não conseguimos entrar à esquerda no Bairro Bonfim porque não há trevo, não há passagem, não há nada. É uma total falta de compromisso das autoridades competentes, do Ministério dos Transportes, do DNIT para com a sociedade. Isso precisa ser mudado. Isso não pode continuar. Falaram aqui da duplicação da BR-262 no trecho próximo a Nova Serrana. A quantidade de material transportado e a quilometragem são suficientes para encarecer qualquer obra neste País. Esses problemas têm de ser verificados e avaliados, não podem continuar como estão. Precisamos de melhorias na BR-381. Do contrário, vamos continuar enterrando nossos municípios, nossos cidadãos, em razão da irresponsabilidade de alguns, que não dão importância a algo que envolve a vida de muitas pessoas. É preciso que haja uma mudança. É preciso que as pessoas tenham um olhar não apenas político para a BR-381, mas de preservação da vida. Esse é o chamamento. Estamos conclamando o Ministério dos Transportes, sobretudo por meio do DNIT, a olhar para a BR-381 com um carinho todo especial. Cada caixão levado ao jazigo deveria ter a inscrição "Ministério dos Transportes - DNIT". Muito obrigado, Presidente.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Sr. Presidente, antes de qualquer coisa, gostaria de dizer a todos que este embate é muito interessante, vigoroso e, por que não dizer, parte integrante da democracia. Gostaria ainda de falar da pessoa do Deputado Fábio Avelar, Deputado desde que estou aqui - chegamos juntos. Ele sempre tratou de ações maiores deste Parlamento com absoluta ética e denodo. O Deputado Fábio Avelar, hoje Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, já deu grandes demonstrações de seu conhecimento ao longo de sua vida. Faço muita questão de dizer isso para que não fique pairando qualquer dúvida quanto à honorabilidade do ilustre Deputado, que merece e sempre merecerá o maior respeito de todos os pares. Sr. Presidente, gostaria de fazer considerações quanto ao veto que acabamos de votar. Faço muita questão de fazer isso, pois tudo se iniciou no Sul de Minas, na cidade de Piranguinho, por uma feliz iniciativa do dileto amigo Deputado Durval Ângelo, que trouxe para esta Casa projeto de lei para reconhecer o caráter artesanal do processo de produção do doce de Piranguinho, garantindo, assim, o reconhecimento também pelo Estado de Minas Gerais. Tive o prazer, Sr. Presidente, de ter sido

designado relator dessa matéria quando se iniciou a tramitação do projeto. Agora, na Comissão Especial, fui o relator da matéria, e hoje pudemos apreciar nosso parecer rejeitando o veto apostado pelo Governador. O doce de Piranguinho é uma tradição milenar. Há muitos anos, desde o tempo da estrada-de-ferro, no Sul de Minas, fazemos paradas nas tradicionais barracas da cidade. Hoje, tenho certeza absoluta de que Piranguinho já é conhecida como a capital brasileira do pé-de-moleque. Ao longo da tramitação da matéria, testemunhei o reconhecimento do Estado e, principalmente, da Assembleia. Teremos a estrutura necessária, garantindo, assim, a fabricação artesanal e o emprego de todos os que lutam pela fabricação desses doces tão deliciosos que somente Piranguinho pode proporcionar a Minas e ao Brasil. Quero também, Sr. Presidente, testemunhar a luta que empreendemos na busca de soluções junto ao DNIT e ao Ministério dos Transportes para a melhoria de nossas rodovias federais. À tarde, usei a tribuna para trazer aqui, mais uma vez, a grande preocupação do Sul de Minas quanto às nossas rodovias federais. Cito os trechos entre as cidades de Poços de Caldas e Andradas, Andradas e Machado e todas as adjacências cujas estradas são mantidas pelo governo federal. Trata-se de uma pouca-vergonha, de uma falta de respeito do governo para com as nossas rodovias, que estão intransitáveis. Temos certeza de que, o mais breve possível, usaremos a tribuna, como já fizemos por meio da frente parlamentar em defesa de nossas rodovias, para dizer, em alto e bom som, ao governo federal que merecemos respeito, uma vez que a trafegabilidade das rodovias do Sul de Minas - Poços de Caldas, Machado, Andradas - é horrível. Todas as BRs do Estado de Minas estão vivendo um caos. Há desastres, mortes e, acima de tudo, está insustentável a condição de trafegabilidade para milhares e milhares de pessoas, principalmente em Poços de Caldas, uma das belas estâncias do nosso país. Temos de unir forças, buscar solução do DNIT e cobrar do governo federal para que essa pouca-vergonha, essa falta de respeito para com os cidadãos do Sul de Minas acabe o mais rápido possível; mas, por favor, não por meio de tapa-buracos, como tem sido feito até agora. Iremos juntos a Brasília para cobrar e, ao mesmo tempo, buscaremos sensibilizar a população do Sul de Minas para que ela exija do governo a atenção e o respeito que a região merece.

O Deputado Vanderlei Jangrossi - Sr. Presidente, parabeno o Deputado Fábio Avelar pela eficiência com que tem presidido uma Comissão muito importante nesta Casa. Ele demonstra, com seriedade, sua grande preocupação com os problemas do Estado. O Deputado Fábio Avelar tem desenvolvido, com sabedoria, grandes trabalhos, trazendo excelentes resultados para esta Casa e para o nosso Estado. Faço coro com as palavras do Deputado Wander Borges. Neste final de semana, fui a Juiz de Fora, passei pela BR-040 e vi que o problema não se resume apenas ao Viaduto das Almas, envolvendo também as pontes de Santos Dumont. Elas causam preocupação, e a gente tem medo de passar por elas. Disseram que não há balanças nas estradas. Há balanças, sim, só que estão todas desativadas. O governo federal tem de aplicar medidas para solucionar esses problemas. Há cerca de dois meses, voltando de Governador Valadares, passei por uma curva e tive de parar, porque vi ambulância e carro de resgate parados no acostamento. Um carro passou direto na curva e caiu num abismo. Ficou todo destruído: banco para um lado, tanque de gasolina para o outro, um horror. Era um Passat antigo. O pessoal do resgate me disse que aquele era o quarto acidente ocorrido naquela curva somente naquele mês. Graças a Deus não houve vítimas, mas, em outro acidente, envolvendo um carro com oito pessoas, todas saíram machucadas. O projeto de duplicação da BR-381 foi aprovado pelo DNIT. Falta aprovar a licitação. É urgente a duplicação daquela rodovia. A BR-262 é outro problema. Indo a Patos de Minas dias atrás, pude constatar a situação precária da rodovia naquele trecho. Tenho, aliás, viajado pelo Estado todo. Posso dizer que fiz um estágio completo em todas as estradas de Minas Gerais. Sei falar sobre as curvas e buracos das estradas, sobre as dificuldades e problemas que quem viaja por ali deve enfrentar. Começamos a pagar os pedágios. Então, por favor, que se esforcem urgentemente para melhorar a trafegabilidade de nossas estradas. Não poderia também, Sr. Presidente, deixar de referir-me esta noite ao Ministro Gilmar Mendes. Peço um voto de congratulações com nosso querido Ministro Gilmar Mendes. Em hipótese alguma, podemos dar carta branca para matar, seja por qual motivo for. Não podemos dar a nenhum movimento uma carta branca para matar, pois isso é crime e tem de ser punido. O Ministro Gilmar Mendes agiu de uma maneira exemplar; sua atitude deve ser um modelo para o nosso país. É necessário tomar essas medidas como exemplo, para que nenhum movimento venha a agir como se tem agido. Até mesmo aqui, na cidade de Luz, um produtor de leite foi morto por um movimento como esse. Uma pessoa perde a vida exigindo terras para plantar. Vamos procurar conseguir essas terras por meio da reforma agrária. Nosso Estado tem procurado, por meio da Secretaria de Reforma Agrária, levantar quais são as terras produtivas e assim fazer uma reforma agrária coerente. Sr. Presidente, solicito o encerramento da reunião por falta de quórum.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para as extraordinárias de amanhã, dia 25, às 9 horas e às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a reunião ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

ATA DA 15ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 25/3/2009

Presidência do Deputado José Henrique

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Questão de ordem - Palavras do Sr. Presidente - Registro de presença - Discussão e Votação de Proposições: Requerimento do Deputado Sebastião Helvécio; aprovação - Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 18.941; questão de ordem; chamada para recomposição de quórum; existência de número regimental para votação; votação secreta do veto; rejeição; declarações de voto - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - José Henrique - Weliton Prado - Dinis Pinheiro - Hely Tarquínio - Sargento Rodrigues - Adelmo Carneiro Leão - Ademir Lucas - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Braulio Braz - Carlin Moura - Carlos Gomes - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Durval Ângelo - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Inácio Franco - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - Juarez Távora - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Rômulo Veneroso - Ronaldo Magalhães - Rosângela Reis - Ruy Muniz - Sávio Souza Cruz - Sebastião Helvécio - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Vanderlei Jangrossi - Vanderlei Miranda - Wander Borges - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Às 9h11min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Hely Tarquínio, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, a qual é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Questão de Ordem

O Deputado Carlin Moura - Sr. Presidente, quero reforçar as palavras do ilustre Deputado Weliton Prado, que, ontem, de forma acertada, protestou contra a atitude da Aneel, que quer discutir a possibilidade de aumentar, em até 150%, a multa por atraso de pagamento da conta de energia elétrica.

A conta de energia elétrica tem, no caso de atraso, uma previsão de multa de 2%, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor. A proposta, feita por meio da resolução da Aneel, é que a multa pela inadimplência seja de até 5%. Temos a compreensão de que é completamente equivocada essa proposta. Ela não poderá prevalecer, Sr. Presidente, porque, se o consumidor está em atraso com a conta de luz, é em razão das dificuldades que vive, especialmente neste momento de crise, quando aumenta o número de desempregados no País. As empresas estão demitindo em massa. Na Região Metropolitana de Belo Horizonte aumentou muito o número de desempregados. O consumidor, no momento de aperto, deixa de pagar a conta de luz. Na verdade, o aumento da multa não resolve o problema da inadimplência, mas prejudica ainda mais o consumidor, porque, no final do mês, ele terá um débito maior. Isso ajuda as grandes concessionárias, as grandes empresas, como a Cemig, por exemplo, a aumentar ainda mais seu caixa. Neste momento, Sr. Presidente, é completamente inadmissível uma proposta dessa natureza. Precisamos discutir a crise financeira, e discutir crise significa saber quem vai perder mais com ela. E quem vai perder mais não pode ser o trabalhador, não pode ser o homem comum. Temos de discutir essa questão, que é muito preocupante, porque a lógica do enfrentamento da crise está sempre caminhando nesse sentido.

Ontem, a Organização Internacional do Trabalho - OIT - aprovou resolução dirigida aos chefes de Estado que irão se encontrar no grupo dos 20 países mais desenvolvidos, o G-20. Ela chama a atenção para um fato fundamental, Sr. Presidente, porque hoje os governos estão muito preocupados em utilizar dinheiro público, dos bancos centrais, para salvarem justamente os bancos e as grandes empresas, os grandes aglomerados econômicos. Não se discute a manutenção dos postos de trabalho. A OIT, nessa resolução, chama a atenção dos chefes de poder para que o emprego também seja foco, seja o centro. O poder público tem de estar preocupado em salvar os postos de trabalho, sob pena de a crise se agravar muito.

Quero, dentro dessa reflexão, felicitar o Ministério do Trabalho, o Ministro Carlos Lupi, que, ontem, na reunião do Fundo de Amparo do Trabalhador, deliberou que os trabalhadores demitidos em dezembro, mês com maior índice de desemprego, tivessem direito a mais duas parcelas do seguro-desemprego, que passariam de 5 para 7. Entendemos que é um paliativo, mas é importante para dar assistência às famílias dos trabalhadores desempregados. Essa é a lógica. Precisamos vencer a crise econômica, mas vencê-la sob a ótica do mundo do trabalho, sob a ótica do trabalhador. A ampliação do número de parcelas do seguro-desemprego é um bom exemplo. Da mesma forma, a utilização do FGTS para o programa habitacional anunciado pelo Presidente Lula é muito importante. Esse programa tem a previsão de construção de um milhão de casas populares. Acharmos que essa é uma forma correta de aquecer a economia, ou seja, construir casas populares para diminuir o déficit habitacional, que é muito grande, utilizando um fundo dos próprios trabalhadores. Precisamos de juros subsidiados para fazer uma grande movimentação na construção civil, com a manutenção dos postos de trabalho e a possibilidade de o trabalhador ter sua casa própria.

Palavras do Sr. Presidente

O Sr. Presidente - A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta desta reunião o Veto Total à Proposição de Lei nº 18.953, apreciado na extraordinária realizada ontem, à noite.

Registro de Presença

O Sr. Presidente - A Presidência registra, com muita honra, a presença, nas galerias, dos alunos da 4ª série da Escola Alternativa, do Bairro Gameleira.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Sebastião Helvécio, solicitando a inversão da pauta desta reunião, de modo que o Veto Total à Proposição de Lei nº 18.941 seja apreciado em primeiro lugar. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 18.941, que declara patrimônio cultural do Estado a rota de peregrinação Caminho da Fé. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo secreto, de conformidade com o art. 261, inciso X, c/c os arts. 222 e 255, do Regimento Interno. As Deputadas e os Deputados que desejarem manter o veto registrarão "sim", e os que desejarem rejeitá-lo registrarão "não". A fim de proceder à votação pelo processo eletrônico, a Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel que o façam neste momento. A Presidência dará início ao processo e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem seus lugares.

Questão de Ordem

O Deputado João Leite - Pela ordem, Sr. Presidente. Solicito a V. Exa. que proceda à chamada dos Srs. Deputados, já que a apreciação da matéria requer quórum qualificado.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a recomposição de quórum.

O Sr. Secretário (Deputado Hely Tarquínio) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 48 Deputados. Portanto, há quórum para votação. Em votação, o veto.

- Registram seus votos os Deputados e as Deputadas:

Adelmo Carneiro Leão - Ademir Lucas - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Bráulio Braz - Carlin Moura - Carlos Gomes - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Fabiano - Doutor Rinaldo - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gilberto Abramo - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Ivair Nogueira - João Leite - José Henrique - Juarez Távora - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Luiz Humberto Carneiro - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Rômulo Veneroso - Ronaldo Magalhães - Rosângela Reis - Sargento Rodrigues - Sebastião Helvécio - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Wander Borges - Weliton Prado.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 3 Deputados. Votaram "não" 42 Deputados. Houve 1 voto em branco. Está, portanto, rejeitado, em turno único, o Veto Total à Proposição de Lei nº 18.941. À promulgação.

Declarações de Voto

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, votamos este projeto importante. Gostaríamos de, nesse passo, comentar a pesquisa que o jornal "Folha de S. Paulo" veiculou hoje, em sua primeira página, divulgando que o nosso Governador Aécio Neves está em 1º lugar entre os Governadores do nosso país. Creio que a pesquisa demonstra a realidade, o que o governo tem realizado em Minas Gerais. Para se ter uma idéia, o nosso partido, o PSDB, lidera uma prévia interna para a escolha do candidato à Presidência da República. O nosso Governador, que está em 1º lugar entre os Governadores brasileiros, disputará com o de São Paulo, José Serra, que está, parece-me, em 5º lugar nessa pesquisa. A avaliação positiva do Governador é de cerca de 80%. Isso mostra a realidade de um governo sério, que assumiu Minas Gerais em 2003 num cenário de muitas dificuldades, com um déficit orçamentário gravíssimo. O governo tomou medidas sérias para resolver essa questão, como, no início, o corte de 30% das despesas até chegar ao déficit zero. A partir daí, o nosso Estado experimentou um desenvolvimento muito grande em função desse planejamento estratégico, que teve bases muito seguras. Depois os programas estruturadores alavancaram o desenvolvimento de Minas Gerais. Foram aprovados grandes projetos. Podemos nos lembrar de vários; alguns são muito importantes para a população do Estado e reconhecidos em nosso país, como o Processo, que liga 230 cidades. Antes do governo Aécio Neves, essas cidades não tinham ligação asfáltica, agora têm. Sr. Presidente, isso é motivo de alegria não apenas para nós, do PSDB, mas também para essa grande base de apoio do Governador Aécio Neves nesta Assembleia Legislativa. Esse apoio se deve à seriedade, à competência que esse governo vem demonstrando à frente de Minas Gerais. Todo o planejamento e toda a estrutura lançada possibilitaram que o Governador chegasse ao ponto em que chegou; possibilitaram que Minas Gerais se destacasse no cenário nacional, apresentando um político jovem com idéias modernas, que foram aqui implementadas. Agora a população brasileira honra o nosso Governador, que aparece nessa posição na pesquisa feita pelo Datafolha. Percebemos, por meio desses levantamentos, que, se as eleições fossem hoje, o Governador Aécio Neves teria mais de 70% dos votos válidos de Minas Gerais. Sem dúvida, as populações mineira e brasileira reconhecem que o governo de Minas possui grande conteúdo, é um governo democrático. Todos os anos vem a esta Assembleia Legislativa a revisão do PPAG. Além disso, é um governo que dialoga com este Parlamento, com a sociedade organizada, recebe emendas populares ao PPAG. Muitas dessas emendas fazem parte do Orçamento de Minas. Sr. Presidente, Minas Gerais deve comemorar, celebrar esse reconhecimento nacional do Governador Aécio Neves, do governo Aécio Neves. Parabéns ao Governador Aécio Neves; parabéns, Minas Gerais. Muito obrigado.

O Deputado Lafayette de Andrada - Sr. Presidente, parabenizo, neste momento, o Deputado Dalmo Ribeiro Silva, porque, por meio do acordo realizado, rejeitamos um veto à proposta de lei de sua autoria. Na verdade, a Assembleia promulgará o projeto de lei. Gostaria de parabenizar o Deputado Dalmo Ribeiro Silva, autor da matéria. Aproveitando o ensejo, no mesmo diapasão do Deputado João Leite, quero festejar a notícia publicada pelo jornal "Folha de S. Paulo", que mostra o Governador Aécio Neves como o mais popular, mais bem aceito do País. Sabemos que, nos últimos meses, o jornal "Folha de S. Paulo" não tem tido boa-vontade com o governo mineiro, mas teve de se dobrar diante das evidências. A pesquisa feita pelo Instituto Datafolha mostra que, indiscutivelmente, o Aécio Neves, pelo trabalho à frente do Estado de Minas Gerais, é hoje o Governador mais respeitado, mais popular e de maior aceitação em todo o País. Não poderia deixar de fazer este registro. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Muito obrigado, Sr. Presidente, Deputado José Henrique. Início minhas palavras agradecendo aos nossos pares que votaram contra o Veto à Proposição de Lei nº 18.941, de minha autoria, que institui o Caminho da Fé. Trata-se de um projeto importante da rota da peregrinação, que se inicia na cidade de Tambaú, passa por 17 cidades, particularmente em minha cidade natal e também do Deputado Mosconi, Ouro Fino, e termina em Aparecida, no Estado de São Paulo. Passará, ainda, por Borda da Mata, Inconfidentes, Ouro Fino, Paraisópolis e Sapucaí-Mirim. Isso vem ao encontro, sem dúvida alguma, do desejo de todos os romeiros e peregrinos que costumam pagar suas promessas e prestar devoção à padroeira do Brasil. Esse projeto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, a quem quero mais uma vez agradecer, trata-se de um trabalho feito desde longa data nesta Casa. Várias audiências públicas foram feitas. Já estivemos em Aparecida e nos reunimos com todos os Prefeitos das cidades que participam da rota. Todos estão aguardando, com muita ansiedade, essa norma que torna legal e constitucional a rota do Caminho da Fé nos Estados de Minas e de São Paulo. Devo dizer a V. Exa. que um projeto semelhante ao que tramita nesta Casa está também na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, seguindo o mesmo percurso que inicia esse projeto tão importante no setor da religiosidade e da fé do povo brasileiro. Fico muito feliz. Parabenizo todos os peregrinos e as associações dos romeiros que há muito tempo fazem o mesmo trajeto, como se faz em Santiago de Compostela.

Quero também festejar, Sr. Presidente, na linha dos Deputados João Leite e Lafayette de Andrada, a alegria maior pela liderança do nosso Governador Aécio Neves. Nós, mineiros e parlamentares, acompanhamos, há longa data, o entusiasmo desse governo excepcional, que o tornou o melhor e mais bem-avaliado Governador do País, que hoje desponta como o favorito para enfrentar as eleições à Presidência da República. Temos muito a festejar. O Governador, desde o início, lançou essa semente pelo seu espírito de governabilidade, de seriedade e de transparência pública. Hoje, mais do que nunca, estamos iniciando uma trajetória pelos jornais de São Paulo e de Minas Gerais. Com certeza, no centenário de Tancredo Neves, no próximo ano, ofereceremos ao Brasil um mineiro da mesma estirpe, da mesma linhagem, da mesma ética e, principalmente, da mesma vontade de servir o País. Ofereceremos o nome de Aécio Neves. Temos que comemorar. A Assembleia Legislativa, desde o primeiro momento, acompanhou esse processo com muita ansiedade, o que desencadeará uma cruzada cívica em todo o País, garantindo-se essa reserva moral de Minas Gerais para o Brasil. Queremos dizer ao nosso Governador que estamos festejando com ele, com todo o seu Secretariado e com o nosso Vice-Governador, Prof. Anastasia, esse momento importante, em que Minas está despontando. Aécio está chegando, e os brasileiros estão preparados e ávidos para colocar alguém na Presidência da República com a mesma responsabilidade, a mesma dedicação e o mesmo espírito público que teve para governar Minas Gerais. O Brasil só terá a ganhar com Aécio Neves. Hoje, mais que nunca, os anais registram o nome de Aécio Neves, seu passado, sua história, seu espírito cívico e seu exemplo de vida. Isso é o que um homem público pode oferecer à política de nosso país.

O Deputado Weliton Prado - Em primeiro lugar, vale questionar os investimentos do governo do Estado. Tenho comigo dados de investimentos do BNDES no setor de energia elétrica. O BNDES investirá R\$13.000.000.000,00 ao ano. Pergunto que valor investirão o BDMG e os outros órgãos ligados ao governo. Realmente, deve ser muito pouco, mas só entrarei nesse assunto depois. Neste momento, devemos comemorar mais uma ação da justiça em Montes Claros, que determinou a redução de 12,5% na tarifa da água, e, além disso, que a Copasa terá de ressarcir os contribuintes desde 2005. O Tribunal de Justiça de Minas Gerais determinou a redução, em 1/3, no valor da tarifa de água e esgoto cobrada em Montes Claros. A decisão é da 5ª Câmara Cível, de 19 de março, que mantém a decisão do Juiz Ricardo Chaves Xavier Brant. Parabenizo o Juiz por essa vitória. A medida será adotada após a publicação que deve ocorrer nos próximos dias. Com a decisão, os contribuintes terão a redução de 12,5% na conta de água e a restituição das cobranças indevidas feitas pela Copasa desde 2005. Ainda ontem, comemoramos com o Fábio, de Montes Claros, essa decisão da justiça. Foi realmente uma grande vitória.

Outro ponto que gostaria de tratar se refere ao aumento de 150% no valor da multa por atraso no pagamento da conta de luz, que a Aneel está apresentando para consulta pública. O Deputado Carlin Moura, aliás, fez um comentário muito bom a esse respeito, hoje, no Plenário. Intensificaremos nossa solicitação de que, até o dia 27, as pessoas mandem e-mail para a Aneel, discordando da multa, que realmente é um absurdo. É injusta para com o consumidor aumentar de 2% para 5% a multa por atraso no pagamento da conta de luz. Nem a caderneta de poupança rende 2%. A Cemig ganha muito dinheiro com isso e também com a religação da energia. Só da emergencial, ela cobra R\$21,00 e,

com isso, fatura milhões. No ano passado, por exemplo, faturou R\$1.900.000.000,00.

Ontem, em reunião da Diretoria, a Aneel concluiu que a redução tarifária do ano passado foi menor do que deveria ser. Então, o impacto do aumento do valor da conta de luz da Cemig será menor. Vamos acompanhar tudo. Participaremos da audiência pública da Aneel e intercederemos para que o reajuste seja o menor possível. Na minha avaliação, aliás, nem deveria haver reajuste. Só que a Cemig fez o pedido e a Aneel sinalizou a possibilidade de concedê-lo. Agora estão vendo se esse índice cai um pouco. Intensificaremos cada vez mais nosso trabalho para impedir a cobrança de 150% de multa. Se atrasar o pagamento da conta de luz, o cidadão terá de pagar 2%, e, depois de 30 dias, a Cemig quer cobrar 5%. Ora, se a pessoa tem dificuldade de pagar 2%, como poderá pagar 5%? Essa medida é totalmente descabida e fere o Código de Defesa do Consumidor. Se for aprovada, ingressaremos com ações na justiça.

E é bom que saibam que, além disso, continuaremos entrando com outras ações contra a cobrança da Copasa pelo tratamento de esgoto, mesmo quando o serviço não está sendo prestado. Isso não podemos admitir. Como você vai pagar por um benefício que não tem? Isso acontece em grande parte das cidades de Minas Gerais. A Copasa atende a mais de 600 cidades, e apenas 30% delas têm tratamento de esgoto. Em muitas cidades, o esgoto corre a céu aberto, é jogado nos rios, nos córregos, polui, causa mau cheiro e oferece risco à saúde da população. Essa é uma questão muito séria. É uma falta de respeito com o meio ambiente e, principalmente, com as pessoas. Entraremos com ações e, mais uma vez, solicitamos a vocês que denunciem, caso haja esse problema em sua cidade. Se a Copasa está cobrando pelo tratamento de esgoto sem proporcioná-lo, por favor, enviem todas as informações para o nosso gabinete, porque entraremos com representações. Já estamos entrando com uma enxurrada de representações em todo o Estado. Esperamos que o mérito seja julgado e que consigamos realmente garantir a proibição do reajuste da Copasa. Já temos uma liminar do STJ proibindo o reajuste.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, desconvocando a extraordinária de logo mais, às 20 horas, e convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária também de hoje, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 17/3/2009

Às 14h37min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Gustavo Valadares, Djalma Diniz, Adalclever Lopes, Irani Barbosa e Rêmol Aloise, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Gustavo Valadares, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Djalma Diniz, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no "Diário do Legislativo", na data mencionada entre parênteses: dos Srs. Ubirajara Pires Glória, Presidente da Associação dos Amigos do Bairro Belvedere, e Marcelo Marinho Franco, Presidente das Associações de Bairros da Zona Sul de Belo Horizonte (7/3/2009). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 3.388, 3.402, 3.429 e 3.433/2009. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Gustavo Valadares em que solicita reunião de audiência pública conjunta com a Comissão de Defesa do Consumidor, para discutir a atual situação da Parceria Público Privada da Rodovia MG-050, o valor do pedágio, o planejamento de obras para os próximos anos e o balanço das obras já realizadas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de março de 2009.

Gustavo Valadares, Presidente - Adalclever Lopes - Rêmol Aloise.

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 18/3/2009

Às 14h33min, comparecem na Sala das Comissões as Deputadas Rosângela Reis e Cecília Ferramenta e os Deputados Walter Tosta, Elmiro Nascimento e Ivair Nogueira, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Sargento Rodrigues e Carlin Moura. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Rosângela Reis, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Walter Tosta, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Comunica, ainda, o recebimento do ofício do Sr. Thiago Brandão, do Núcleo de Estudos Ações sobre Violência no Trabalho, publicado no "Diário do Legislativo", em 12/3/2009. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 2.996 e 3.048/2009, em turno único (Deputado Walter Tosta); 3.030/2009, em turno único (Deputada Cecília Ferramenta). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.556/2008 (relator: Deputado Walter Tosta); e pela rejeição, no 1º turno, dos Substitutivos nºs 3 e 4 e da Emenda nº 3, ao Projeto de Lei nº 1.874/2007 (relatora: Deputada Rosângela Reis). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 2.811/2008 (relatora: Deputada Cecília Ferramenta); 2.930, 2.931, 2.940, 2.944/2008, este com a Emenda nº 1; 2.993, 3.007, este com a Emenda nº 1, e 3.013/2009 (relator: Deputado Walter Tosta); 2.976 e 2.983/2009 (relator: Deputado Ivair Nogueira), que receberam parecer por sua aprovação. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetido a votação é aprovado requerimento do Deputado Almir Paraca em que solicita seja realizada audiência pública para obter as informações que menciona acerca da atual situação dos recursos humanos da Cemig. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de março de 2009.

Rosângela Reis, Presidente - Cecília Ferramenta - Walter Tosta.

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 18/3/2009

Às 14h47min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Ana Maria Resende e os Deputados Braulio Braz, Ronaldo Magalhães e Dimas Fabiano, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Braulio Braz, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ronaldo Magalhães, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar pareceres em fase de redação final e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs

2.879 e 2.889/2008 (Deputado Dimas Fabiano); 2.904 e 2.912/2008 (Deputada Ana Maria Resende) e 2.919 e 2.929/2008 (Deputado Ronaldo Magalhães). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 2.879 e 2.889/2008 (relator: Deputado Dimas Fabiano); 2.904 e 2.912/2008 (relator: Deputada Ana Maria Resende) e 2.919 e 2.929/2008 (relator: Deputado Ronaldo Magalhães), que receberam parecer por sua aprovação. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de março de 2009.

Braulio Braz, Presidente - Dimas Fabiano - Ronaldo Magalhães.

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 18/3/2009

Às 15h4min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Gláucia Brandão e os Deputados Juninho Araújo, Getúlio Neiva e Vanderlei Jangrossi, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Gláucia Brandão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Juninho Araújo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, o parecer pela aprovação, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.177/2007 na forma do Substitutivo nº 1 e pela rejeição da Emenda nº 1 (relator: Deputado Vanderlei Jangrossi); e o parecer pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 614/2007 na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Getúlio Neiva). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 3.425 e 3.440/2009. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento da Deputada Gláucia Brandão em que solicita seja realizada audiência pública, com a presença de representante da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Cultural e de convidados, para apresentar e discutir os resultados do 4º Congresso do Ministério Público, realizado em Ouro Preto. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de março de 2009.

Gláucia Brandão, Presidente - Vanderlei Jangrossi - Juninho Araújo.

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 19/3/2009

Às 9h36min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Tenente Lúcio, Eros Biondini e Carlos Gomes, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente Deputado Tenente Lúcio, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlos Gomes, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento de ofício do Sr. Raphael Guimarães Andrade, Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, publicado no "Diário do Legislativo" de 12/3/2009. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 3.431 e 3.439/2009. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Tenente Lúcio e Carlos Gomes em que solicitam sejam formulados apelos ao Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Senac -, para que implante um hotel-escola no Município de Estrela do Sul; à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e ao Instituto Estadual de Florestas, para que crie uma área de lazer às margens do Rio Bagagem, no Município de Iraí de Minas; à Secretaria de Estado de Turismo, para que inclua no Programa de Desenvolvimento Turístico Estadual a rota conhecida como Corredor da Fé, de intensa peregrinação e apelo turístico; à Copasa - MG, para que implante uma estação de tratamento de esgoto nos Municípios de Estrela do Sul e Iraí de Minas; Tenente Lúcio em que solicita sejam formulados apelos à Copasa - MG, para que implante uma estação de tratamento de esgoto no Município de Indianópolis; à Secretaria de Estado de Turismo, para que inclua o turismo paleontológico no Programa de Desenvolvimento do Turismo no Estado; Tenente Lúcio, Carlos Gomes e Eros Biondini em que solicitam seja formulado apelo à Secretaria de Estado de Cultura, em prol da criação do Museu Dona Beja, no Município de Estrela do Sul. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de março de 2009.

Tenente Lúcio, Presidente - Carlos Gomes - Juninho Araújo.

ATA DA 1ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO ESPECIAL DA EXECUÇÃO DAS PENAS NO ESTADO, EM 19/3/2009

Às 14h32min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados João Leite, Vanderlei Miranda e Wander Borges, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente "ad hoc", Deputado Vanderlei Miranda, declara aberta a reunião e comunica que não há ata a ser lida, por se tratar da primeira reunião. A Presidência informa que a reunião se destina a eleger o Presidente e o Vice-Presidente e estabelecer dia e horário das reuniões ordinárias da Comissão. A seguir, determina a distribuição das cédulas de votação, devidamente rubricadas, e convida o Deputado João Leite para atuar como escrutinador. Apurados os votos, são eleitos para Presidente o Deputado João Leite e para Vice-Presidente o Deputado Vanderlei Miranda, com três e dois votos, respectivamente. O Presidente "ad hoc" empossa o Presidente eleito, Deputado João Leite, que, ao assumir a direção dos trabalhos, empossa o Vice-Presidente, Deputado Vanderlei Miranda, e designa como relator o Deputado Durval Ângelo. Por consenso entre os membros, fica decidido que a Comissão se reunirá, ordinariamente, às quintas-feiras, às 10 horas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de março de 2009.

João Leite, Presidente - Durval Ângelo - Wander Borges.

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 25/3/2009

Às 10h1min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Délio Malheiros, Ivair Nogueira, Domingos Sávio, Elmiro Nascimento, Lafayette de Andrada, Neider Moreira e Padre João, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Ademir Lucas, Sargento Rodrigues e Weliton Prado. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Délio Malheiros, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Elmiro Nascimento, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento de ofício do Sr. Sidney Aparecido Gonçalves de Melo, publicado no "Diário do Legislativo" de 21/3/2009. O Presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 748/2007, no 1º turno, para o qual designou relator o Deputado Lafayette de Andrada. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Na fase de discussão do parecer do relator, Deputado Padre João, que conclui pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.177/2008, no 2º turno, na forma do vencido no 1º turno com as Emendas nºs 1 e 2, apresentadas por esta Comissão, o Presidente defere o pedido de vista do Deputado Neider Moreira. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.827/2008 (relator: Deputado Ivair Nogueira). Anunciada a discussão do parecer do relator, Deputado Lafayette de Andrada, sobre emendas apresentadas em Plenário ao Projeto de Lei nº 2.578/2008, o qual conclui pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, da Emenda nº 1, da Comissão de Administração Pública, e das Emendas nºs 2 a 5, apresentadas em Plenário; e pela aprovação do Substitutivo nº 2, apresentado pela Comissão, fazem uso da palavra os Deputados Neider Moreira, Sargento Rodrigues, Ademir Lucas, Elmiro Nascimento, Padre João, Weliton Prado e Lafayette de Andrada, após o que o Presidente defere o pedido de vista do Deputado Padre João. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 3.445 a 3.448, 3.471 e 3.476/2009. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Sargento Rodrigues em que solicita seja encaminhado ofício ao Secretário de Defesa Social, para que seja reavaliada a suspensão do pagamento do vale-alimentação aos Agentes Penitenciários e Socioeducativos; Délio Malheiros em que solicita a realização de audiência pública com o intuito de debater a queda do repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM - aos Municípios mineiros; e Ademir Lucas em que solicita seja encaminhado ofício ao Governador do Estado solicitando a suspensão das revisões contratuais, das dispensas imotivadas e das demissões dos Agentes de Segurança Penitenciários e Agentes de Segurança Socioeducativos até aprovação do Projeto de Lei nº 2.578/2008, do Governador do Estado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a extraordinária de 26/3/2009, às 14h30min, para apreciar os Projetos de Lei nºs 2.177/2008, no 2º turno, e 2.578/2008, no 1º turno, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de março de 2009.

Délio Malheiros, Presidente - Elmiro Nascimento - Neider Moreira - Padre João.

ORDEM DO DIA

Ordem do dia da 8ª reunião ORDINÁRIA da mesa da Assembleia, a realizar-se às 17 horas do dia 30/3/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e apreciação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia.

Discussão e votação de proposições da Mesa da Assembleia.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.242/2007

Comissão de Direitos Humanos

Relatório

De autoria do Deputado Lafayette de Andrada, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Associação Feminina e Comunitária Santantonense, com sede no Município de Santo Antônio do Jacinto.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.242/2007 pretende declarar de utilidade pública a Associação Feminina e Comunitária Santantonense, com sede no Município de Santo Antônio do Jacinto, que tem como finalidade primordial a melhoria da qualidade de vida das mulheres residentes no Município.

Para tanto, realiza encontros, seminários e debates, de forma a disseminar a consciência da igualdade de direitos entre homens e mulheres; busca a integração de suas associadas na sociedade em que vivem; cria núcleos de produção objetivando o desenvolvimento de atividades produtivas necessárias à sua sobrevivência; celebra convênios com órgãos públicos e entidades privadas visando ampliar e subsidiar suas iniciativas. Além disso, protege a saúde da mulher em todas as fases da vida; defende e garante o seu direito à educação e profissionalização; presta assistência ao segmento feminino mais carente, promove atividades nas áreas da cultura, do esporte e do lazer.

Esclareça-se que a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça, tem como propósito fazer constar no art. 1º do projeto o nome do Município onde tem sede a entidade.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.242/2007, em turno único, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 26 de março de 2009.

Antônio Genaro, relator.

MANIFESTAÇÕES

MANIFESTAÇÕES

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

de congratulações com Sr. Jorge de Vasconcelos Safe Júnior por sua posse na Academia Mineira de Medicina (Requerimento nº 3.327/2009, do Deputado Tiago Ulisses);

de congratulações com o Presidente da Associação Nacional dos Produtores de Alho - Anapa - pelas atividades, que menciona, desenvolvidas por essa entidade (Requerimento nº 3.380/2009, do Deputado Fahim Sawan);

de congratulações com a comunidade do Município de Senador José Bento pelo transcurso do 46º aniversário de emancipação desse Município (Requerimento nº 3.382/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a comunidade do Município de Consolação pelo transcurso do 46º aniversário de emancipação desse Município (Requerimento nº 3.383/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a comunidade do Município de Itapeva pelo transcurso do 46º aniversário de emancipação desse Município (Requerimento nº 3.384/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com o Sr. Alexandre Sylvio da Costa, pesquisador da Universidade Vale do Rio Doce - Univale -, de Governador Valadares, pela descoberta da aplicabilidade dos resíduos produzidos pelas indústrias que beneficiam pedras e granitos como fertilizantes (Requerimento nº 3.385/2009, do Deputado Jayro Lessa);

de congratulações com o Sr. João Luiz Martins por sua recondução ao cargo de Reitor da Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP - (Requerimento nº 3.386/2009, do Deputado Jayro Lessa);

de congratulações com a Associação das Caminhantes da Estrada Real - Acer - pela posse de sua nova Diretoria (Requerimento nº 3.387/2009, do Deputado Jayro Lessa);

de congratulações com o jornal " Hoje em Dia " pela passagem dos seus 21 anos de veiculação (Requerimento nº 3.388/2009, do Deputado Jayro Lessa);

de congratulações com a comunidade do Município de Monjolos pela transcurso do 46º aniversário de sua emancipação (Requerimento nº 3.389/2009, do Deputado Doutor Viana).

de congratulações com a comunidade do Município de Três Marias pela comemoração dos 46 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 3.390/2009, do Deputado Doutor Viana);

de congratulações com a comunidade do Município de Cachoeira da Prata pela comemoração dos 46 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 3.391/2009, do Deputado Doutor Viana);

de congratulações com a comunidade do Município de Santo Antônio do Itambé pela comemoração dos 46 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 3.392/2009, do Deputado Doutor Viana);

de congratulações com a comunidade do Município de Joaquim Felício pela comemoração dos 46 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 3.393/2009, do Deputado Doutor Viana);

de congratulações com a comunidade do Município de Inimutaba pela comemoração dos 46 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 3.394/2009, do Deputado Doutor Viana);

de congratulações com a comunidade do Município de Diamantina pela comemoração dos 170 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 3.395/2009, do Deputado Doutor Viana);

de congratulações com a comunidade do Município de Felixlândia pela comemoração dos 60 anos de emancipação (Requerimento nº 3.396/2009, do Deputado Doutor Viana);

de aplauso ao Sindicato dos Produtores Rurais de Uberaba pela, pela realização, nesse Município, do II Fórum de Legislação Ambiental (Requerimento nº 3.401/2009, do Deputado Fahim Sawan);

de congratulações com a Associação dos Repórteres Fotográficos e Cinematográficos de Minas Gerais pelos 59 anos de atividades (Requerimento nº 3.402/2009, do Deputado Carlos Pimenta);

de congratulações com a Associação Mineira de Cronistas Esportivos pelos 70 anos de sua fundação (Requerimento nº 3.403/2009, do

Deputado Carlos Pimenta);

de congratulações com a comunidade do Município de Marmelópolis pelo transcurso do seu 46º aniversário de emancipação desse Município (Requerimento nº 3.405/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva).

de congratulações com o Município de Presidente Juscelino pela comemoração dos seus 46 anos de emancipação (Requerimento nº 3.407/2009, do Deputado Doutor Viana);

de aplauso ao Sr. Gilson de Carvalho Queiroz Filho pela sua posse como Presidente do Conselho Regional de Engenharia - CREA - MG (Requerimento nº 3.411/2009, do Deputado Ademir Lucas);

de aplauso à Sra. Maria dos Anjos Oliveira Silva pela sua posse como Presidente da Associação Comunitária do Bairro Campo Alto do Município de Contagem (Requerimento nº 3.412/2009, do Deputado Ademir Lucas);

de congratulações com o Sr. José Éder Leite pela posse como Presidente da Associação dos Sindicatos Ruralistas do Oeste Mineiro - Asrom -, extensiva aos demais membros da Associação (Requerimento nº 3.413/2009, do Deputado Chico Uejo);

de congratulações com a Associação dos Funcionários Fiscais do Estado de Minas Gerais - Affemg - pela passagem do seu 59º aniversário de fundação (Requerimento nº 3.414/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a Associação Brasileira dos Criadores de Zebu - ABCZ - pela realização da Expozebu, que este ano completa 75 anos (Requerimento nº 3.416/2009, do Deputado Vanderlei Jangrossi);

de congratulações com a Cemig pela atuação da Gerência de Relacionamento com o poder público (Requerimento nº 3.418/2009, do Deputado Alencar da Silveira Jr. e outros);

de congratulações com o Município de Ouro Fino pelo transcurso do seu 260º aniversário de emancipação (Requerimento nº 3.419/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com o Município de Itajubá pelo transcurso do seu 190º aniversário de fundação (Requerimento nº 3.423/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a União dos Negros pela Igualdade pela celebração do Dia Internacional de Combate ao Racismo, a ser comemorado no próximo dia 21 de março (Requerimento nº 3.424/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com o Padre Agenor Roberto Silva por assumir como pároco da Igreja Imaculada Conceição, no Município de Camanducaia (Requerimento nº 3.425/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva).

de congratulações com a Escola Santo Tomás de Aquino por seu 55º aniversário (Requerimento nº 3.426/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com o Colégio São Paulo Irmãs Angélicas por seu 70º aniversário (Requerimento nº 3.427/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com o Sr. José Olegário, Delegado de Polícia de Itamarandiba, e Ten. Maurício Aparecido Rocha, responsável pelo destacamento da Polícia Militar desse Município, pelo brilhante trabalho que vêm desenvolvendo no exercício de suas funções. (Requerimento nº 3.428/2009, do Délio Malheiros);

de aplauso à revista "Viva Belo Horizonte" por seus 10 anos de publicação (Requerimento nº 3.429/2009, do Deputado Doutor Viana);

de congratulações ao Cel. PM. Itamar de Oliveira Pacheco Filho pelos serviços prestados no Comando da 14ª Região da Polícia Militar (Requerimento nº 3.430/2009, do Deputado Doutor Viana);

de aplauso à ARH Terceirização de Recursos Humanos Ltda. por seus 15 anos de fundação (Requerimento nº 3.431/2009, do Deputado Doutor Viana);

de pesar pelo falecimento da Sra. Nysia Coimbra Flores Carone, ex-Deputada Federal, ocorrido em 4/3/2009 (Requerimento nº 3.432/2009, do Deputado José Henrique);

de aplauso ao Sr. Wilson Ramos de Jesus por sua eleição para o cargo de Presidente da Câmara Municipal de Sarzedo (Requerimento nº 3.438/2009, do Deputado Ademir Lucas);

de aplauso à "Federaminas" por seus 55 anos de fundação. (Requerimento nº 3.439/2009, do Deputado Doutor Viana);

de congratulações com o Padre Darci José Nicioli por sua posse no cargo de Reitor do Santuário Nacional de Aparecida (Requerimento nº 3.440/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de aplauso aos policiais militares que participaram da operação "Carnaval Seguro", que culminou com a apreensão de drogas em Governador Valadares. (Requerimento nº 3.472/2009, da Comissão de Segurança Pública.)

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 117/2008

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2008

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 16/4/2009, às 14h45min, pregão eletrônico, através da internet, do tipo menor preço global anual, tendo como finalidade a contratação de empresa para a prestação de serviços de limpeza, higienização e conservação.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos "sites" www.licitacoes-e.com.br e www.almg.gov.br, bem como na Comissão Permanente de Licitação da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, 79 (Ed. Tiradentes), 14º andar, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha ou gratuitamente, por meio eletrônico. Neste caso, o licitante deverá portar disquete próprio.

Belo Horizonte, 27 de março de 2009.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 6/2009

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 6/2009

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 15/4/2009, às 14h15min, pregão eletrônico, por meio da internet, do tipo menor preço global, tendo por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para o fornecimento e instalação de armários.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos sites www.licitacoes-e.com.br e www.almg.gov.br, bem como na Comissão Permanente de Licitação da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, onde poderá ser retirado, no horário de 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha ou gratuitamente em meio eletrônico. Neste caso o licitante deverá portar disquete próprio.

Belo Horizonte, 27 de março de 2009.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

ERRATA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe verificada na edição de 27/3/2009, na pág. 73, col. 3, onde se lê:

"Wilton Ermenegildo Paiva", leia-se:

"Hilton Ermenegildo Paiva".